

AJARANI: Movimentos e tensões nas fronteiras de Roraima.¹

Marcos Antonio Barbosa de Almeida²
Manuela Souza Siqueira Cordeiro³

Palavras-chave: Conflitos. Yanomami. Colonos.

Introdução

A região em análise, o Ajarani, localiza-se no limite entre a fronteira da Terra Indígena Yanomami (TIY Yanomami), pertencente ao município de Iracema no estado de Roraima. Grande parte das articulações que promovem o processo de ocupação da região, são oriundas de habitantes dos antigos projetos de assentamento promovidos ainda entre as décadas de 1970 e 1990, período que curiosamente coincide com o grosso dos processos de intrusão nos territórios indígenas em Roraima, sobretudo em terras Yanomami.

Neste cenário, as mobilidades rurais fomentadas ao extremo norte do país são responsáveis pelo estabelecimento das atuais estruturas fundiárias do estado de Roraima, sobretudo a formação das fronteiras de *grupos sociais* (Little, 2002), distintas, tensionadas em meio ao *boom* dos movimentos extrativistas, sobretudo as “corridas do ouro” promovidas no estado.

Envolvendo vilarejos como a Vila Campos Novos, suas estradas e vicinais adjacentes, principalmente o assentamento agrícola denominado Projeto de Assentamento Ajarani (PA-Ajarani), as dinâmicas de ocupação e mobilidades, aquecem as estruturas da região ainda na atualidade. Diferente dos movimentos iniciais de ocupação⁴, as atuais dinâmicas apresentam-se com maior potencial transformador dos cenários apresentados, com impactos diretos nas estruturas sociais e nos biomas da região.

¹ Trabalho apresentado na 34ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2024). Simpósio Especial nº11: Disputas fundiárias em contextos de instabilidade.

² Mestre em Antropologia Social pelo Programa Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGANTS-INAN) da Universidade Federal de Roraima - Brasil. Atuando como Antropólogo em processos judiciais junto ao Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, nas Varas da Infância e da Juventude.

³ Professora adjunta Instituto de Antropologia e professora permanente da Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGANTS-INAN)

⁴ A história das ocupações na região do Ajarani é ligada aos movimentos migratórios fomentados pelos projetos desenvolvimentistas do Estado a partir da década de 1960 em busca de uma “reforma agrária” que, por sua vez, desloca massas camponesas oriundas do litoral brasileiro em direção à Amazônia (Barbosa, 1993). Nessa esteira, essas migrações foram impulsionadas ao extremo norte do país dando início aos processos de ocupação territorial em Roraima que por sua vez formaram a atual estrutura de ocupação. A construção da rodovia federal 210, denominada *perimetral norte*, fez parte destes empreendimentos do Estado arregimentando massas migratórias para a abertura e execução do projeto, assim como o estabelecimento de famílias em assentamentos agrícolas.

O objetivo central do presente trabalho é trazer à luz as constantes tensões em fronteiras estabelecidas na região, recortando o Ajarani no limite leste dos territórios Yanomami com o estado de Roraima, sobretudo no Projeto de Assentamento Agrícola Ajarani.

A região vem potencializando o status de vulnerabilidade dedicado por instituições de pesquisa e tempestuosas veiculações midiáticas aos grupos Yanomami habitantes do recorte. A região assiste atualmente ao resultado de processos históricos de construções fronteiriças, orientados por diversos eventos que tensionam o nervo social, mobilizados por diversidades de experiências construídas no âmbito das relações envolvendo grupos de colonos, indígenas e fazendeiros.

O recorte deste trabalho traz à luz o desenho das multiplicidade de relações produzidas pelo estabelecimento dessas fronteiras sociais, nas quais são visíveis as tensões que envolvem diferentes noções de territorialidade⁵ (Little, 2002, p. 03), especialmente nas zonas rurais, entre grupos oriundos dos estabelecimentos agrícolas - colonos habitantes de projetos de assentamento - e os grupos indígenas.

A relação dos pesquisadores com a região em comento tem início entre os anos de 2018 e 2019, momento em que se estabelecem as relações de fato com os colonos, indígenas e fazendeiros, atores do cenário. Os interlocutores foram escolhidos com base em seus conhecimentos em relação à região, privilegiando-os por seu tempo de estabelecimento e suas experiências.

Atualmente, Roraima encontra-se na “mira” de holofotes midiáticos, se considerarmos as tensões veiculadas entre as duas últimas grandes conjunturas políticas, os governos “Lula e Bolsonaro”. Tais veiculações foram mobilizadas em torno de discursos disseminadores dos conflitos envolvendo ocupações de terras e processos de extração dos recursos naturais da região em territórios indígenas, sobretudo na TIY.

A marca destas ações é observável nos limites deste território indígena, zona rural do estado, partilhado forçosamente de maneira tensa entre colonos e fazendeiros e os habitantes da TIY. Neste cenário, eventos como as constantes mobilidades do grupo indígena, atizam as dinâmicas da região, uma vez que esses grupos evidenciam seus marcadores sociais característicos de populações categorizadas - para fins de proteção pelo Estado - como “isoladas ou de recente contato”.

⁵ Little (2002) define a territorialidade como “o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu território”.

Nesse sentido, passa-se a descrever o recorte etnográfico, o contexto histórico dessas ocupações, a forma como essas categorias ocupam seus espaços no cenário e sobretudo, o resultado dos impactos dessas relações entre não indígenas - colonos e fazendeiros - e os grupos Yanomami do Ajarani.

Breve histórico das ocupações

Como dito, o norte amazônico, entre as décadas de 1970 e 1990, foi palco de numerosas movimentações como o desenvolvimento dos projetos de governo locais e federais de “assento humano”, décadas em que se programava a finalização das obras nas rodovias federais - 210 (Perimetral Norte) e BR-174. O contingente arregimentado para tais projetos, orquestrado pelo poder público, estava também incumbido de tarefas que envolveriam a “ocupação e integração” da região ao restante do país (Barbosa, 1993 p. 181). Por seu turno, neste período, as intrusões em territórios Yanomami ocorreram de forma acelerada, tendo sido um dos principais estopins das “corridas do ouro” e demais atividades extrativistas por ocasião desses intensos movimentos que, especialmente em relação aos indígenas, abriria espaço para toda a sorte de epidemias, causando fortes rupturas nas dinâmicas de vida dos povos do Ajarani, fatos estes descritos em Ramos (2008, p. 112) como uma “devastadora turbulência”.

Embora o tema trabalhado tenha também como atores os fazendeiros e colonos, o destaque aos grupos indígenas e aos processos de intrusão se fazem necessários na medida em que estas frentes de intrusão ao território Yanomami levaram os povos do Ajarani ao extremo da vulnerabilidade social, estando possivelmente as vias de desaparecimento. No contexto das relações sociais estabelecidas, evidencia-se a forma como os “movimentos”⁶ produzidos, dinamizaram e redesenharam o lugar, acirrando as tensões, evidenciando as peculiaridades de uma fronteira no sentido em que anota Martins (1996, p. 27), concebendo às fronteiras “o lugar da alteridade”, da “descoberta do outro”.

As fronteiras demográficas encontram-se - ou encontravam-se - à disposição de quem chega para a “ocupação”, motivados também por propagandas então disseminadas sobre “uma terra de oportunidades”, “vazio demográfico”, tornando impossível pensar nestes encontros como livres de tensões, sendo estas, parte de sua essencialidade. É pertinente notar que, já no início dos projetos de Estado, havia intensa circulação de “propagandas” para o fomento das ocupações, evidenciando atributos que funcionavam como atrativos diretos à essas marchas.

⁶ “A ideia de movimento é apresentada e modulada de acordo com as relações que o condicionam, estabelecidas não apenas entre pessoas como também entre elas, os animais, as coisas e os meios que delimitam ou motivam seus deslocamentos.” (Carneiro e Dainese, 2015, p. 145)

Yawaripë

A Terra Indígena Yanomami (TIY), de acordo com o Instituto Socioambiental, possui mais de 9,6 milhões de hectares, constituindo atualmente a maior terra indígena do Brasil, abrigando - possivelmente - o maior grupo indígena do planeta com menor grau de contato com sociedades não indígenas. Estabelecida entre o Brasil e a Venezuela, sua população é estimada em 36.000 pessoas.

Em Roraima, na região conhecida como Ajarani, localizada nas linhas divisórias entre a TIY e os municípios de Caracarái, Iracema e Mucajaí, encontram-se indígenas dessa etnia, os Yawaripë, constituído como um pequeno grupo de pessoas – em relação numerosa sociedade Yanomami, distribuídos em pequenos grupos familiares entre as margens dos rios Ajarani e Repartimento.

De acordo com informações do Distrito Sanitário Especial Indígena, DSEI-Yanomami e da Secretaria Especial de Saúde Indígena - SESAI, as comunidades Yawaripë contam com cerca de 150 (cento e cinquenta) indivíduos. As informações prestadas por estas instituições encontram-se desatualizadas, no entanto, durante a produção desta análise, já se sabe que o grupo vem sofrendo drásticas reduções nos últimos oito anos.

Relatos colhidos ao presente trabalho entre os grupos Yanomami, tanto na região das serras - terras altas do território - quanto nas regiões mais próximas das fronteiras com Roraima - terras baixas - mencionam os Yawaripë do Ajarani como sendo os - *Yawari* - grupo em constante mobilidade descritos por membros de outros subgrupos como povo “desestruturado”, “sem saúde, sem escola”.

Possivelmente foram os Yawaripë, subgrupo Yanomami, povo Yanam/Ninam que se estabeleceram em meados de 1930 no nordeste da bacia do rio Catrimani entre as cabeceiras dos rios Ajarani e Repartimento (Verdum, 1990). Trata-se de um dos mais antigos estabelecimentos Yanomami nesta região e um grupo - utilizando os termos de Alcida R. Ramos - “com menor grau de interferência” (Ramos; Lazarin; Gomez, 1985).

Essas rotas migratórias os trouxeram para a linha de frente dos projetos desenvolvimentistas do Estado e desde então, traçam seus caminhos nos limites entre a história que o Estado veio construir na região e a história desses indígenas iniciada nas cabeceiras dos rios Ajarani e Repartimento, promovendo sua vida em uma situação de “relativo isolamento social” (Verdum, 1990). Já na década de 1960, estas famílias ainda mantinham uma cultura material com base em indústria lítica e outros utensílios de sua produção, neste período, as

instituições de proteção os categorizam como “povos isolados”. Os Yawari mantiveram suas redes de relações intercomunitárias, especialmente com grupos Yanomami da bacia do Rio Apiaú e estendiam sua mobilidade para a rodovia BR 174, traçando seus trajetos entre Caracará e Boa Vista (*Ibidem*).

Albert (1992), descreve as tragédias que sucederam as relações dos povos do Ajarani com a aproximação da fronteira na década de 1970, quando se deu a construção da “Perimetral Norte”, afetando diretamente os vales do Ajarani e Catrimani. Neste período, os povos do Ajarani já mantinham intensa relação com fazendas e outras propriedades para aquisição de manufaturados. Nesta descrição de Albert, as mobilidades tinham dupla função nas relações com os recém-chegados, ora para se afastar e evitar o contágio dos agentes patogênicos, ora para acelerar este processo que por vezes dizimou famílias inteiras.

Atualmente, a região do Ajarani contém uma vasta rede de relações que envolve diversos atores, em uma zona de conflitos onde as grandes fazendas vem se sobrepondo a áreas ocupadas por colonos, especialmente em linhas limítrofes a este território, fazendo parte de um intenso sistema de atividades que dinamizam os movimentos⁷ dos grupos - indígenas e não indígenas.

Colonos e fazendeiros

Senhor Do Carmo, colono que atualmente reside no município de Iracema, relata já ter trabalhado nas obras da rodovia Perimetral Norte (BR 210), bem como ter habitado a região do Ajarani. Segundo seus relatos, uma das práticas, na época, era a caça indiscriminada de felinos silvestres, como a onça e a jaguatirica, abundantes naquele momento. Os fins da caça seriam para a comercialização de peles desses animais. No período, além dessa prática, havia a extração da Castanha-do-pará (ver Silveira e Gatti, 1988, p. 47).

Somada a estas práticas entre ocupantes da região, haviam as ocupações de grandes faixas de terras com um intuito de extração de madeiras com expressivo potencial de comercialização para a época; estes lotes seriam imediatamente abandonados após exauridos estes recursos.

Segundo este interlocutor, a ideia de abundância percorria o imaginário local em um momento em que o Governo Federal não dispunha em sua agenda de políticas públicas que assistissem agricultores, tampouco à proteção da fauna e flora local. Esta agenda seria

⁷ Este termo será associado, no presente artigo, à problematização proposta por Carneiro e Dainese (2015), citada anteriormente.

orientada, sobretudo, para a apropriação dos benefícios ofertados pela região, sem normas precisas ou fiscalizações adequadas.

“Quando cheguei aqui, o que se ouvia muito era que tínhamos muitas terras disponíveis, alguns colonos chegavam em uma área e demarcavam por conta própria muitos lotes e o forte disso tudo era a derrubada [extração de madeiras]. Os trabalhadores da Camargo Corrêa, quando pararam a obra da perimetral, ficaram sem saber o que fazer e começaram a entrar na terra dos índios para caçar gatos-do-mato, onças, vendemos muito couro naquela época. O tempo em que se entrava numa área até poder tirar algum produto dela, não dava outra alternativa que não fosse essas práticas. Tinha muita madeira de lei, a maçaranduba era uma destas, daí o povo vendia quantas forem possíveis, tinha gente que enriquecia e abandonava os lotes, quando a madeira acabava, conheci gente que entrou em mais de trinta lotes. Isso era comum”. (Relato do Sr. Do Carmo, julho de 2019)

Neste sentido, seguiu-se a prática de ocupação territorial na região, sobretudo por colonos e fazendeiros, estando estes na linha de frente para o povoamento promovido pelo poder público desde os períodos iniciais em que ocorreram as primeiras movimentações estranhas ao contexto indígena, o que seguiu modelos padrões em quase todas as ocupações no norte amazônico, mas que não contavam com o desenrolar das experiências reais travadas nas fronteiras.

PA-Ajarani

Criado no ano de 2003, na fronteira com o território Yanomami, compondo parte de seu limite leste, encontra-se o Projeto de Assentamento Ajarani, sob a gestão do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). O assentamento atualmente, configura-se como uma área de instabilidade jurídica em decorrência de sua composição demográfica, antes mesmo de seu estabelecimento de fato, estando na linha dos conflitos por terra entre colonos e fazendeiros nos períodos iniciais que marcaram a abundância de movimentos na região.

Seu Cisso⁸ comenta ter sido o primeiro habitante do PA Ajarani, líder nas mobilizações para o estabelecimento na região. Ele descreve que a vicinal 06 (seis) que veio dar acesso ao PA, com suas três vicinais interligadas, foram concluídos na mesma época (2006) com a mesma “verba federal” destinada para aquele assentamento. Havia no projeto inicial destinado aos colonos, áreas de plantio e APPs (Área de Preservação Permanente), no entanto, estas últimas foram ocupadas gradativamente por fazendas, deixando-os “espremidos”, reduzindo seus lotes às dimensões atuais.

Seu Cisso relata que a maior parte dos primeiros habitantes desistiram por conta das dificuldades de acesso e as pressões de fazendeiros, cedendo seus lotes a estes ou mesmo os abandonando logo após o loteamento. Relata que o projeto foi consolidado em 2003, mas que,

⁸ Todos os nomes utilizados nesta análise são pseudônimos a fim de preservar a identidade das interlocutoras e dos interlocutores.

só veio estabelecer sua habitação de forma definitiva no ano de 2006 e desde então, perdeu o interesse em retornar para a agrovila Campos Novos, estabelecimento inicial de sua família.

A casa de Cisso, onde reside com sua companheira, atualmente é um dos lotes mais abastados, em relação aos demais colonos residentes no PA, contando com um pequeno espaço para comercialização de gêneros alimentícios produzidos no próprio lote e outros produtos industrializados, além do espaço destinado a sua família. É um dos poucos colonos que vieram a prosperar no PA, o primeiro a organizar uma associação de moradores mas que atualmente existe “só no papel”.

Dona Madalena descreve a condição de colono como aqueles que chegaram no período das distribuições de lotes e estabelecimento dos assentamentos ainda pelo INCRA, o que coincide com a chegada das primeiras levas migratórias citadas anteriormente. Comenta que atualmente são os colonos que realmente vivem em seus lotes, eventualmente realizando serviços para os fazendeiros como manutenção de cercas, pastagens ou vacinação de gado.

Contudo, as relações estabelecidas entre colonos e fazendeiros, de longe, se fizeram pacificamente na região. O cenário do PA Ajarani na atualidade, demonstra um expressivo processo de desintrusão dos colonos, gradativamente o projeto vem sendo ocupado por grandes agropecuaristas. Entre as razões da disputa, comenta-se sobre a fertilidade do solo para plantação de pastagens e, no caso dos colonos, para o cultivo de mandioca, macaxeira e banana, além de outras culturas de subsistência.

Grupos de colonos recém chegados na região, entre doze e seis anos, organizaram-se em cooperativas ocupando os arredores do Ajarani nas ditas APP's ocupadas por fazendeiros a fim de se estabelecerem, inclusive organizando suas documentações necessárias junto às instituições de apoio e fomento a “agricultura familiar” do estado de Roraima. Como dito, o PA Ajarani é rodeado por numerosas fazendas de agropecuaristas. Esses por sua vez, declaram guerra jurídica e psicológica aos colonos recém ocupantes da região.

Munidos de acordos e contratos com membros dessas instituições e as polícias locais, estes fazendeiros promovem contra os colonos, investidas de intimidação chegando ao extremo de promoverem prisões arbitrárias. Colonos relataram que chegaram a ser algemados e levados para essas fazendas em veículos aparentemente “oficiais” de utilização das polícias civis locais.

No último processo de ocupação, cerca de 70 famílias relataram a este pesquisador que vem sendo forçadas a deixar a região por pressões dos fazendeiros, utilizando jagunços armados, carros oficiais de instituições e o próprio aparelho do judiciário com recorrentes

“entradas” em processos judiciais na figura das dos pedidos de liminares como a “Reintegração de Posse”.

Segundo os colonos dessa ocupação, a região é tida pelos fazendeiros como “território de fazendas”, não sendo possível se conceber a presença de colonos. Entre os jargões utilizados pelos fazendeiros, indicam que, embora os colonos permaneçam por mais dois ou dez anos, cedo ou tarde a região será ocupada unicamente por fazendeiros. Nesse sentido, aos colonos são dedicadas ações específicas ligadas unicamente aos processo de ocupação, abertura de estradas e vicinais e demarcação de áreas de assentamento.

Entre os relatos colhidos em campo, Fabrício, fazendeiro da região, explica que sem os colonos nesses processos iniciais, as fazendas não seriam possíveis, uma vez que ele “desconhece” políticas públicas para fomento de ocupações de fazendeiros. Segundo Fabrício, todo o processo de ocupação, a instalação de energia elétrica, abertura de estradas e rodovias, se dão em prol dos estabelecimentos colonos.

Fabrício é filho de família oriunda dos antigos migrantes que se estabeleceram à época dos primeiros movimentos na região. Atualmente é proprietário de terras herdadas de seus pais e outras terras que adquiriu com recursos próprios. Fabrício faz parte de um movimento local em Roraima cuja grilagem de terras foi e é utilizada como fator de enriquecimento para antigos migrantes e outros fazendeiros vindos - sobretudo - do centro oeste ou outras regiões do Brasil. Fabrício conta que, desde seus 13 anos de idade, vivia com seus pais na região.

Atualmente, aos 40 anos, afirma que, muito antes da abertura das estradas do Ajarani, ele e outros posseiros de terras já haviam se estabelecido na região onde somente seu pai demarcou aproximadamente 700 hectares de terras, junto com outros “mais antigos”. Comenta que estas entradas na região foram feitas quase sem nenhum recurso financeiro, que caminhava horas e até mesmo dias para chegar à região, partindo da sede do município de Mucajaí.

Fabrício desistiu das terras no PA Ajarani há aproximadamente dezoito anos e desde então havia perdido o interesse por se estabelecer na região. Segundo ele, um dos motivos que o fez sair do lugar foram as constantes *invasões* em seus terrenos por colonos que entravam também na região. Ali se formavam os primeiros movimentos de entrada que mais tarde viriam a se consolidar no que é atualmente o assentamento agrícola.

“Havia um grande corrida há 20 anos por terras, pois ainda tinham muitas sobrando e estas terras sempre foram boas para criação de gado ou lavoura. Os colonos começaram a chegar depois de nós, daí começaram a invadir as terras que demarcamos. Gastei muito suor e percebi que não ia garantir ficar aqui, aos 17 anos eu já tinha minha própria terra e desde lá luto para me manter com o patrimônio que adquiri. Eu saí forçado daqui, não

tinham estradas e as invasões não paravam e, para não ter dor de cabeça, achei melhor vender o que tinha e ir para o Tamandaré”. (região em que Fabrício é proprietário de duas fazendas na atualidade).

Na região do Ajarani, atualmente, predomina a pecuária, pois segundo o interlocutor citado, há no Ajarani a “terra roxa ou terra vermelha”, tipo de solo que facilita o cultivo de pastagens das mais variadas espécies por se tratar de uma terra que se adapta facilmente a qualquer tipo de cultivo. Este evento trouxe de volta “antigos e novos” fazendeiros, incluindo Fabrício, que comprou recentemente cerca de vinte lotes do PA para plantação de pastagens. Segundo ele, é impossível um fazendeiro chegar em uma região “virgem” e obter sucesso, como ocorreu no Ajarani nos períodos iniciais em que chegaram sem que ali fosse criado um projeto de assentamento. Fabrício comentou que, sem os projetos de assentamento, as fazendas não “vingam”.

“Sem a formação de um projeto, não adianta um fazendeiro se estabelecer aqui, pois o governo não abre estrada para fazendeiro, para que isso aconteça, é necessário que os colonos entrem também e requisitem um projeto de assentamento. Não é possível pensar em nada sem estradas e energia elétrica e é aí que entram os projetos. Por mais que os colonos invadam as terras, a chegada deles é que traz esses benefícios.” (Fabrício, proprietário de uma fazenda na região, janeiro de 2020)

É importante lembrar a ideia dos critérios descritos por Fabrício como “fundamentais” para que uma fazenda se estabeleça em uma região, sinalizando como principal critério a formação de uma relação direta entre fazendas e projetos de assentamento agrícola. Embora haja uma nítida tensão entre fazendeiros e habitantes de assentamentos vizinhos, os primeiros alegam a necessidade de fomento e manutenção dos assentamentos por se tratar de uma justificativa para que regiões como essas, obtenham políticas públicas para proveito de seus próprios empreendimentos. Como dito, sem os assentamentos agrícolas, o fazendeiro não teria acesso a tais benefícios.

O peso do ouro

Como dito, esta análise considera a magnitude dada aos processos de ocupação da região. Neste caso, a ideia de “movimento” é necessária para que se possa significar os processos assistidos pelo Ajarani. Nesse caso, o movimento⁹ (Carneiro e Dainese, 2015), é utilizado enquanto categoria analítica, no sentido plural do termo, envolvendo o universo de atividades na região, das quais destacam-se a agricultura e pecuária em média e baixa escalas, o comércio local nos vilarejos dentre outras atividades. Entretanto, na atualidade, destaca-se a atividade

⁹ Essas autoras analisam o termo movimento, condicionado sobretudo às relações “estabelecidas não apenas entre pessoas, como também entre elas, os animais, as coisas e os meios que delimitam ou motivam seus deslocamentos”.

garimpeira que, sob o pano de fundo da ilegalidade, envolve uma expressiva parcela das sociedades que habitam a região, especialmente os colonos.

O garimpo ilegal nos territórios Yanomami, tem, entre outros lugares, a Vila Campos Novos e o PA Ajarani como uma das principais “portas de acesso”, às atividades ligadas a prática. Essas atividades adquirem ares de legalidade entre os habitantes, na medida em que foram chanceladas por discursos políticos paralelos, como os proferidos por Jair Bolsonaro antes mesmo de sua eleição em 2019 para a presidência da república. Ainda na atualidade, em recente entrada dos pesquisadores na região, foi possível se perceber as movimentações dos habitantes da região em torno das práticas - ainda vigentes - de garimpagem ilegal.

A chancela do discurso fomentou questões históricas, mobilizadas em torno do garimpo na região, como a ideia de um “heroísmo regional” produzido por oligarquias políticas ainda nos anos 1940 que se estenderam até o estopim do primeiro *boom* do ouro no Estado nos anos 1970. Esse discurso em torno do “heroísmo garimpeiro”, suplantou a agência das populações indígenas do Estado de Roraima, sobrepondo a simbologia do garimpo na história desses povos. A exemplo dessa imagem, Boa Vista, a capital roraimense, ostenta em sua praça central e no Palácio da Cultura, figuras e atores não indígenas fomentadores da prática na região. (Ver Almada, 2017)

Neste contexto, aborda-se o universo conflituoso da região do Ajarani na visão de Simmel (2011) onde a categoria conflito, assume aspecto de “fenômeno social de caráter sociologicamente positivo”. Na visão deste autor, há também a essencialidade das tensões nas relações descritas por Martins (1996), crendo que, “Um grupo absolutamente centrípeto e harmonioso, uma pura unificação”, não só se apresenta como empiricamente irreal, como não representa nenhum processo concreto da vida”. (Simmel, 2011, p. 570).

A atividade garimpeira, de longe, se sobrepõe às práticas orientadas pelas cosmovisões presentes na região, no entanto, pertence a um processo social de dimensões históricas que advém de impulsos gerados no interior das sociedades (Elias, 1993), sendo "irresistível" na medida que se constitui como atividade cravada pelos processos de colonização que antecedem as relações sociais entre indígenas e não-índios.

Segundo esse autor, há um motor no interior das sociedades que opera em um longo espaço - tempo - para filtrar impulsos interiores, sejam estes individuais ou coletivos, que seriam um mecanismo de controle - interno ou externo - para amenizar anseios, ajustando determinado lugar ou grupo para as transformações que assistem. Este autor desenvolveu a ideia de “processos sociais”, vistos por ele como movimentos a longo prazo, por vezes

imperceptíveis, no entanto “irresistíveis” e necessários para ajustes diante das demandas assistidas em cada tempo.

Na esteira das transformações vigentes, da gama de movimentos encontrados entre indígenas e não-índios na região em análise, os impactos da prática do garimpo são vistos no cotidiano das sociedades se considerarmos o fato de que vem ocupando o eixo central entre as demais atividades econômicas locais. O garimpo, não relacionado às cosmovisões, está em atividade na região há aproximadamente 60 (sessenta) anos e, durante este período, embora tivera um boom entre as décadas de 1980 e 1990, nos últimos cinco anos a prática demonstrou-se mais agressiva, tendo sido amenizada - mas não erradicada - nesta última conjuntura política. Esta última informação foi cedida recentemente por membros das organizações indígenas de representação dos grupos habitantes da TIY.

Além dos impactos visíveis na região e por ocasião do enfraquecimento da prática por coerção do Estado, por exemplo, houve declínio econômico expressivo aos habitantes não indígenas, especialmente nos núcleos urbanos da região. A atividade, notadamente, causou o superaquecimento na economia, cooptando variadas searas da sociedade local, entre motoristas trabalhando no transporte de insumos às pistas clandestinas de pouso e decolagem de aeronaves, a homens e mulheres povoando os acampamentos destinados à prática no interior da TIY.

Os produtos são comercializados a “peso de ouro”, seja no interior ou nas redondezas das áreas de exploração; fazendas e grandes extensões de terras vêm sendo adquiridas de forma acelerada nos últimos cinco anos por proprietários de máquinas utilizadas na exploração do minério. Há de se lembrar - também - que o comprometimento expressivo do leito dos rios vem se intensificando, considerando as grosseiras aberturas produzidas às margens dos rios por pesados maquinários, além do uso excessivo de mercúrio na mineração.

As transformações no universo em análise não se limitam a mineração, estando essa em ênfase dadas as circunstâncias trazidas pela atual conjuntura política. A região, ainda em sua constituição enquanto rural, esteve na mira dos discursos políticos e redes de relações produzidas entre as marchas e frentes de ocupação. Essas redes, estabelecidas entre os grupos familiares a partir de parentes e afins, consolidam-se como significativa estrutura vigente ainda na atualidade, responsável pelo fortalecimento e constituição do imaginário social nos entornos das ocupações estabelecidas.

Rotas de colisão no Ajarani

A assimetria nessas relações se dá - também - diretamente quando essas fronteiras sociais colidem com os Yanomami do Ajarani, os *Yawari*. O PA-Ajarani, assim como a Vila Campos Novos e os municípios citados anteriormente, são rotas recorrentemente utilizadas por estes grupos em suas mobilidades quando atravessam os limites de seus territórios.

Dessa forma, a mobilidade indígena é carregada de ressignificações quando produzida para além da TIY. Em se tratando dos colonos, em alguns casos, é possível se perceber uma relação harmônica, embora o pano de fundo seja tendencioso. A maioria das interações entre indígenas e não-índios é recheada de tensões que garantem aos primeiros um forte atributo marginal, especialmente em se tratando de grupos em recente contato.

A visão de marginalidade é decorrente dos elementos que compõem e são apreendidos durante essas mobilidades. Entre os elementos de tensão, comuns neste tipo de relação, o consumo de bebidas alcoólicas é um dos fatores instigadores de vários conflitos. Essas visões, banalizam atributos singulares entre as sociedades ameríndias, suas tradicionais mobilidades, suas longas travessias, expedições guerreiras, redes de relações que compõem sua história.

Schwarcz (2019), nos traz um panorama geral de como um argumento, desenvolvido historicamente, tem a capacidade de construir imagens baseadas em realidades e ficções. A ideia de que “repetir” produz um ser convencidamente real, é capaz de ofuscar a realidade factual. Nessa linha, a autora explica:

[...] e a História Brasileira não tem escapado a essas ambiguidades: se é feita do encadeamento de eventos, também anda repleta de invisibilidades e persistências. Nem sempre é fácil notar, mas uma série de problemas estruturais continuam basicamente inalterados: o racismo estrutural, a violência, a concentração de renda, a intolerância social. Nosso presente, de fato, anda repleto de passado.(Schwarcz, 2019)

O etnocentrismo, diga-se de passagem, é o divisor de águas destas produções. Pautar grupos humanos mensurando-os por níveis de civilidade e barbárie, é prática recorrente dos interesses dominantes desde a época da colonização.

Egon Schaden (1977), traça o longo caminho que esta perspectiva ainda vigente, percorreu em torno das sociedades ameríndias:

Quanto aos retratos negativos do índio brasileiro, vistos em perspectiva diacrônica através destes quase cinco séculos, afigura-se válido distinguir, em princípio, duas categorias. A primeira corresponde a imagem depreciativa nascida de preconceitos etnocêntricos do homem civilizado, ou seja, de sua atitude sobranceira ante as populações tribais, todas elas tidas de antemão como bárbaras e selvagens; à segunda, o conceito que se refere ao índio em contato regular ou em convívio com o mundo dos brancos, ora mais, ora menos sujeito a inevitáveis influências desorganizadoras, já não sendo, por isso, capaz de viver satisfatoriamente segundo os seus padrões tradicionais, nem havendo conseguido, por

outro lado, adaptar-se às exigências, reais ou supostas, da nova situação. (Schaden, 1977, p. 322 e 323)

Caminhando passivos pela história, história esta que constitui a *floresta de símbolos* das representações do contato com suas fronteiras, os grupos Yanomami do Ajarani seguem causando um evidente desconforto. A imagem que lhes é atribuída é o resultado de longos atropelos marcados pela colisão entre as concepções que o Estado vem tentando implantar em torno de seus grupos étnicos e seus ideais de homogeneidade e progresso. (Ramos, 2019)

Nas regiões adjacentes aos territórios Yawari, essas imagens são produzidas no contexto de suas mobilidades na construção do seu espaço relacional. As impressões deixadas por estes grupos no decurso dos seus trajetos, a medida em que se deslocam além de seus atuais limites, são elaboradas por habitantes das zonas rurais e transformadas em imagens que reproduzem as ideias estereotipadas sobre os *graus de civilização*.

Conforme Albert (1992) a história dos povos do Ajarani seguiu em uma “rota de colisão” com a fronteira envolvente produzindo a imagem do indígena desregrado. Aliados da história que o Estado veio constituir, os grupos Yanomami deste cenário atuam como uma “alteridade mais radical, impossível de ser incorporada, que deve ser pulverizada”. (Sztutman, 2013).

A imagem impressa para estes indígenas é a da desordem, que também deve ser aplicada às relações entre colonos e fazendeiros. Dessa forma, tais características ganham o signo de “polo contrário à normalidade, a bipolaridade que caracteriza o registro imaginário e constitui a infelicidade do homem, pois o Outro, quando não é objeto de desejo, é um estorvo, um inferno” (Quinet, 2012). É também a ideia de que “o Outro é não somente a diferença, mas sobretudo a má diferença” (Clastres, 2004).

São recorrentes falas entre colonos e fazendeiros indagando as motivações da mobilidade indígena; *O que eles fazem aqui, por que não ficam em suas terras?*

A negação de um espaço relacional dentro dos lugares dominados pela fronteira envolvente é a negação da existência social de um grupo. Essa negação pode estar relacionada à ideia de que a “objetivação do espaço social, requer uma distribuição no espaço físico de diferentes espécies de bens, e que os indivíduos devem estar dotados de oportunidades de apropriação desses bens e serviços”. Dito isso, o que se percebe para tanto para os colonos e sobretudo aos *Yawari* do Ajarani, é “a precariedade ao acesso dos bens e serviços destinados à apropriação por sujeitos destes espaços, destinando-os a estágios evolutivos anteriores” (BOURDIEU, 2013).

Os Yawari e suas crianças

No contexto das mobilidades *Yawari*, os municípios e zonas rurais percorridos por estes, contribuem expressivamente para a formação de signos pejorativos a eles dedicados. Não é difícil notar a presença de famílias Yanomami no interior do assentamento e percebê-los ocupando temporariamente estabelecimentos abandonados por agricultores que supostamente foram assentados ali. Os Yanomami vão se aglomerando em casas abandonadas às margens das vicinais e deste ponto estabelecem suas rotas até as vilas e cidades adiante.

Certamente, o consumo excessivo de bebidas alcoólicas é o potencializador dos conflitos, figurando como “porta de entrada” para numerosas ações criminosas produzidas contra essas famílias indígenas. Crianças Yanomami são expostas a variadas formas de aliciamento, expostas também aos olhares fiscalizadores dos habitantes não indígenas da fronteira.

Como dito, é possível se caracterizar essas mobilidades conforme a análise dos movimentos em Carneiro e Dainese (2015), numa demonstração de que as intenções desses grupos Yanomami, sejam orientadas, sobretudo, por lógicas específicas que colidem com ideias expressadas por não indígenas, suas instituições e agentes.

Neste cenário, os movimentos *Yawari* estão sujeitos à processos de “experimentação do Outro” (Albert, 2014), usurpando inclusive, o direito do grupo étnico de exercer sua legitimidade parental através de “tutelas estatais” e outras tutelas, produzidas na vigilância incessante do povo não indígena às dinâmicas do grupo, especialmente quando exercidas além das fronteiras de seus territórios.

Práticas extremas como a retirada de crianças por pessoas não indígenas do território Yanomami, muitas vezes dos colos de suas mães no decurso dessas mobilidades, são recorrentemente justificadas sob a ótica da “assistência humanitária”. Características como carência, debilidade ou maus tratos, são atribuídos ao universo de grupos Yanomami que habitam a Terra Indígena, no entanto, tais informações carecem de suporte analítico, na medida que pessoas, grupos de assistência, instituições de Estado e representações, utilizam-se de imagens deturpadas, adquiridas do senso comum.

Nota-se a prática de produção dessas imagens inclusive, no âmbito de decisões e pareceres judiciais de magistrados, representantes dos ministérios públicos, defensores públicos e

advogados particulares, ou seja, o cerne das produções do Direito em processos judiciais que envolvem grupos indígenas, especialmente quando relacionados a etnias em recente contato.

Destacam-se ideias de “vulnerabilidade” e “assistência humanitária” dedicadas a estes grupos, construídas entre instituições e populações não índias. Essas concepções estão dispostas em regimentos, relatórios e ações judiciais - ou extrajudiciais - comprometendo qualquer possibilidade de compreensão ou diálogo entre os grupos indígenas e as estruturas de ocupação não índias já estabelecidas nos arredores destes territórios.

Neste contexto, o termo vulnerabilidade, quando lido nestes contornos não indígenas, trafega na contramão das vulnerabilidades que de fato são produzidas nos sistemas de relações estabelecidos nessas fronteiras.

No universo não índio, sobretudo nas relações dos grupos em comento com pessoas, agentes, instituições e outras organizações, são imprescindíveis esclarecimentos acerca das concepções de pessoa e lógicas que mobilizam os referidos grupos para além dos limites delimitados pelo Estado, especificamente, os grupos aqui relacionados.

Como dito, as distorções de imagem produzidas para esses grupos baseadas no senso comum, estão presentes nas discussões promovidas em instituições como, por exemplo, em salas de audiências do sistema judiciário roraimense, sendo recorrentemente acionadas para subsidiar ações judiciais como a “Destituição do poder familiar” em desfavor de mães Yanomami. Estas mesmas imagens fomentam reiteradas tentativas de retirada de crianças da Terra Indígena Yanomami em ações arbitrárias promovidas por não índios nas imediações do território¹⁰.

Como visto, elabora-se no senso comum não indígena, designações pejorativas às práticas dessas populações. Este fato, indubitavelmente, se reflete no interior de instituições que, via de regra, deveriam priorizar pela compreensão e reconhecimento da diversidade de sistemas normativos entre os povos que habitam o território indígena.

Considerar a existência de um mundo possível, além da compreensão de mundo admitida pelos sistemas não indígenas, é tarefa a ser incorporada nos fluxos de atendimento para estas populações, não admitindo práticas que ofusquem sua autodeterminação.

¹⁰ Esta última, por referir-se à ações arbitrárias sem que sejam provocadas as instituições devidas, é relato colhido em trabalhos de campo em curso; relatos de experiências nos arredores da fronteira leste da Terra Indígena Yanomami. Estas experiências estão ligadas ao vínculo institucional do primeiro pesquisador e outros trabalhos produzidos na região.

Referências

ALBERT, Bruce. A fumaça do metal: história e representação do contato entre os Yanomami. *Anuário Antropológico/89*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1992. p. 151-189.

_____. “Situação etnográfica” e movimentos étnicos. Notas sobre o trabalho de campo pós-malinowskiano. *Campos*, Curitiba, v. 15, n. 1, p. 129-144, 2014.

ALMADA, Silvia Marques de. A questão do regionalismo em a mulher do garimpo, de Nenê Macaggi / Silvia Marques de Almada. – Boa Vista: Editora da UFRR, 2017. 174 p. (Coleção: Circum Roraima; v. 2). 2017.

BARBOSA, Reinaldo Imbrozio. 1993. Ocupação humana em Roraima I. In; Museu Paraense Emilio Goeldi, Série Antropologia.

BOURDIEU, P. 2013. Espaço físico, espaço social e espaço físico apropriado. *Estudos Avançados*, 27(79), 133-144.

CARNEIRO, Ana; DAINESE, Grazielle. Notas sobre diferenças e diferenciações etnográficas do movimento. *Ruris*, v. 9, n. 1, p. 143-166. 2015.

CLASTRES, Pierre. 2004. Arqueologia da violência — pesquisas de antropologia política. São Paulo: Cosac & Naify.

ELIAS, Norbert. O Processo civilizador: Uma história dos costumes, trad. Ruy Jungmann, revisão e apresentação Renato J. Ribeiro, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993; traduzido de *Über den Prozess der Zivilisation* vol.1, publicado originalmente em 1939 na Basileia, Suíça.

LITTLE, Paul E. “Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade”. Série Antropologia. Nº 322. Brasília: DAN/UnB. 2002.

MARTINS, José de Souza. 1996. O tempo da fronteira. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. *Tempo Social; Revista Sociologia USP*, S. Paulo, 8(1): 25-70, maio.

Povos Indígenas no Brasil, Instituto Socioambiental. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Yanomami>. Acessado em 07 mai. 2024.

QUINET, Antonio. Os Outros em Lacan. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

RITA RAMOS, Alcida. O paraíso ameaçado: Sabedoria Yanomami versus insensatez predatória. *Antipod. Rev. Antropol. Arqueol.* [online]. 2008, n.7, pp.101-117.

_____, .Lazarin, M. A. e Gomez. G. Yanomami em Tempo de Ouro. Relatório de Pesquisa. *Trabalhos de Ciências. Sociais*, Série Antropologia, No. 51. 1985.

SCHADEN, Egon. 1977. O índio Brasileiro: imagem e realidade. *Revista Brasileira de História*, n. 110, v. 55, pp. 321-346. 1977.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. História como lembrete: Problemas estruturais do Brasil continuam basicamente inalterados. *Nosso presente, de fato, anda repleto de passado. Especial para O GLOBO*. 2019.

SILVEIRA, Isolda Maciel da; GATTI, Marcelo. Notas sobre a ocupação de Roraima, migração e colonização. *Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi, Série Antropologia*, v. 4, n. 1, p. 43-64, 1988.

SIMMEL, Georg. O conflito como sociação. (Tradução de Mauro Guilherme Pinheiro Koury). RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da. Emoção, v. 10, n. 2011.

SZTUTMAN, Renato. 2013. Metamorfoses do Contra-Estado, Ponto Urbe.

VERDUM, Ricardo. Yawari: a fronteira esquecida – Relatório de pesquisa. 1990. Disponível: <<https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/YAD00483.pdf>>. Acessado em 07 mai. 2024.